

Participaram do Seminário técnicos do MEC e prefeitos de diversos municípios sergipianos, além de técnicos e professores da Secretaria da Educação e Cultura. As conclusões do Seminário apontam a necessidade de serem introduzidos métodos não convencionais para que se possa ampliar a faixa de atendimento ao pré-escolar.

Ao abrir o Seminário, o Secretário da Educação e Cultura, Senador Lourival Baptista pronunciou o seguinte discurso:

A ênfase que nos últimos anos vem sendo dada ao atendimento pré-escolar, constitui, sem dúvidas, um dos aspectos mais positivos da política governamental para a área da educação.

Sendo inquestionável o fato de que a fase decisiva para o pleno desenvolvimento das potencialidades do ser humano ocorre nos primeiros anos de vida, nunca serão exagerados os esforços tendo em vista ampliar o nível do atendimento pré-escolar.

A realidade de um País como o nosso, exige sobretudo que a educação pré-escolar seja conduzida de forma a atingir o maior número possível de crianças pertencentes às classes sócio-culturais que apresentam menos nível de renda, e consequentemente, carências muito maiores. A necessária massificação do atendimento pré-escolar diante de contingências em que os recursos são sempre escassos, exige criatividade, capacidade para vencer a rotina e romper o convencionalismo pois somente assim, será possível vencer o desafio configurado pela existência de uma elevada porcentagem de crianças para as quais, o acesso a um estabelecimento de ensino pré-escolar, significa a libertação do círculo vicioso da pobreza, onde a carência alimentar e a convivência em um meio no qual as perspectivas de abertura cultural são bastante limitadas, agem como fatores responsáveis pela retração do desenvolvimento mental e físico de uma grande parcela dos brasileiros.

Tendo sido Prefeito da histórica São Cristóvão, nos idos de 1950, vejo com muita satisfação a prioridade que agora é conferida pelo Ministério da Educação e Cultura ao atendimento pré-escolar voltado para o município como centro de toda uma política inovadora e objetiva, para cuja formulação, este Seminário terá uma importância decisiva.

Considero ter sido uma idéia das mais felizes do Professor Antonio de Albuquerque Souza, Secretário do Ensino do primeiro e segundo graus do MEC, a elaboração do plano que confere ao município uma importância fundamental, recebendo para isso o necessário apoio do eminente e dinâmico Ministro da Educação e Cultura, Rubem Ludwig.

Este Seminário que conta com a presença dos Prefeitos e dos Secretários da Educação dos Municípios, é uma oportunidade para o encontro dos que serão responsáveis diretos pela execução do programa de atendimento ao pré-escolar com aqueles que o elaboram, integrados aos mais diversos órgãos, resultando daí uma troca de experiências, que será da maior importância visando a correção de possíveis eficiências e a reformulação que se fizer necessária de alguns aspectos objetivando o aperfeiçoamento e maior eficiência das ações que serão a partir de agora desenvolvidas.

O esforço que vem sendo realizado pelo Ministério da Educação e Cultura, compatibiliza-se perfeitamente em Sergipe, com os objetivos do Governo Augusto Franco, que vem conferindo a necessária prioridade à educação pré-escolar, objetivando chegar este ano, à meta de quinze mil crianças atendidas, cifra que, reconhecemos, ainda é baixa, mas que representa um notável esforço, tendo em vista as enormes dificuldades a vencer, e o fato de que, a educação pré-escolar somente a pouco tempo tem sido efetivamente incluída como um dos objetivos básicos da política educacional.

O Governo do Estado, através da Secretaria da Educação e Cultura, tem sempre apoiado todas as iniciativas que visem contribuir para o debate, a análise e a avaliação dos problemas ligados à educação pré-escolar, e neste particular, a realização desse encontro é vista como uma oportunidade para que adquiram maior substância e eficácia as ações dos diversos órgãos envolvidos com a problemática da educação pré-escolar.

Abriendo este Seminário, saúdo os seus participantes, transmitindo-lhes em nome do Governador Augusto Franco os votos de pleno êxito no trabalho que irão desenvolver, ressaltando que, eventos como este encontrarão sempre o pronto apoio e o estímulo da Secretaria da Educação e Cultura de Sergipe.

GOVERNO DE SERGIPE  
SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO E CULTURA  
GABINETE DO SECRETÁRIO

Aracaju, 11 de fevereiro de 1982.

Excelentíssimo Senhor Governador Augusto Franco  
Quando aceitei o seu convite para ocupar a Secretaria de Educação e Cultura do Estado, declarei ao eminente Governador que ficaria neste cargo por um breve período.

Agora chega o momento que considero oportuno reassumir a minha Cadeira no Senado.

Agradecendo as atenções com que sempre me honrou, continuo a sua disposição para servir o seu profícuo Governo e ao Estado de Sergipe.

Atenciosas saudações. — *Lourival Baptista.*

GOVERNO DE SERGIPE  
GABINETE DO GOVERNADOR

Aracaju, 11 de fevereiro de 1982

Ao  
Senador Lourival Baptista  
N/Capital

Senhor Senador,

Recebi sua carta, datada desta data, me solicitando exoneração do cargo de Secretário de Estado da Educação e Cultura, para poder reassumir sua Cadeira no Senado Federal.

Na realidade, quando convidei o eminente amigo e Senador para assumir aquela Secretaria de Estado, estava ciente do breve período que passaria como Secretário, como tive oportunidade de declarar por ocasião da sua posse.

A verdade é que, não obstante o pouco tempo que dirigiu os destinos daquela Secretaria, o Estado ficou engrandecido em tê-lo como colaborador, o que de modo especial agradeço ao amigo e Senador.

Com meu abraço, — *Augusto do Prado Franco, Governador do Estado.*

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) — Concedo a palavra, como Líder, ao nobre Senador Marcos Freire.

*O SR. MARCOS FREIRE PRONUNCIA DISCURSO QUE, ENTREGUE À REVISÃO DO ORADOR, SERÁ PUBLICADO POSTERIORMENTE.*

O SR. PRESIDENTE (Passos Pôrto) — Concedo a palavra ao nobre Senador Luiz Viana, para uma breve comunicação.

O SR. LUIZ VIANA (Para uma comunicação.) — Sr. Presidente, Srs. Senadores:

Ontem, no curso da sessão, o nosso eminente colega Senador João Calmon teve a feliz oportunidade de acentuar, a propósito da Mensagem, enviada ao Congresso pelo Senhor Presidente da República, do que ela continha como afirmação, como ideário em relação à educação nacional, que o Senhor Presidente da República, de maneira enfática, considerava como o fator mais importante para a evolução do Brasil.

Não preciso dizer da parte que tem tido, da importante participação que tem tido na campanha educacional do Brasil o Senador João Calmon.

A ele, algumas vezes, me associei, mas, posso dizer-lhe que estou sempre presente na sua campanha tão benemerita, tão feliz, e da qual o Brasil já tem tantos frutos.

Mas, não é apenas a educação um dos pontos a destacar e acentuar nessa Introdução da Mensagem Presidencial.

O Senador Marcos Freire, com o brilho que lhe é habitual, — e aqui prestamos as nossas homenagens, no momento em que ele anuncia o seu propósito de deixar a liderança para ir se dedicar a sua campanha como candidato ao governo de Pernambuco — acentuou alguns aspectos que lhe pareceram necessários, não de sublinhar mas de contestar.

O que eu deixo aqui é sublinhar alguns aspectos ou algumas afirmações contidas nesta Introdução. E entre elas, quero aqui, Sr. Presidente, me referir a esse trecho, que acho, evocó aos Srs. Senadores, ao País, ao Congresso, algum acontecimento aqui por todos presenciado, bem como as injustiças então praticadas em relação às intenções, aos propósitos, à sinceridade do Governo. Diz o Senhor Presidente da República:

“No plano estritamente político, apressei-me, logo que assumi a suprema magistratura da nação, a promover a concessão de anistia aos condenados ou processados por crimes políticos ou eleitorais. Não condicionei essa medida a qualquer exigência de ordem política.”

E é justamente esse fato ou essa circunstância que dá maior grandeza ao ato que então praticou Sua Excelência, ao enviar a mensagem sobre anistia ao Congresso Nacional.

E continua Sua Excelência:

“Quis, a benefício da harmonia social e da paz política, se pusesse perpétuo silêncio sobre conflitos, hostilidades e contestações pretéritas. Na linha dessa atitude conciliatória, selada pelo esquecimento, encaminhei ao colendo Congresso Nacional projeto, convertido em lei, pelo qual se levantavam inelegibilidades que se opu-

nham ao exercício, por muitos, do direito de disputarem, todas as ordens, cargos eletivos."

*O Sr. Marcos Freire* — Permite V. Ex.<sup>a</sup> um aparte?

O SR. LUIZ VIANA — Com muito prazer.

O SR. PRESIDENTE (Passos Pôrto) — S. Ex.<sup>a</sup> fala em breve comunicação. Mas, V. Ex.<sup>a</sup> como Líder pode apartear-lo.

*O Sr. Marcos Freire* — Tive oportunidade há poucos instantes de mostrar que os avanços em termos de conquistas democráticas, os quais podem ser assinalados nos últimos tempos, ao lado dos recuos, se devem menos às pessoas do que à luta da própria sociedade brasileira. E V. Ex.<sup>a</sup> ao invocar o trecho da Mensagem Presidencial que se refere à anistia, talvez não intencionalmente, mas exemplifica de forma magnífica a minha afirmativa, porque este mesmo Presidente da República que diz logo ao iniciar o seu Governo que proveio a anistia, é ele próprio quem negava a possibilidade de conceder a anistia, mas quando muito de fazer revisões em processos de sanções revolucionárias. Portanto, a anistia veio como uma conquista do povo brasileiro. V. Ex.<sup>a</sup> é testemunha e há de se lembrar que se estabeleceu um verdadeiro movimento a nível nacional, com os comitês pró-anistia neste País que surgiram dois ou três anos antes.

O SR. LUIZ VIANA — Era um movimento contra, afirmando que o projeto era uma negação da anistia.

*O Sr. Marcos Freire* — Permite V. Ex.<sup>a</sup> que conclua? Neste instante V. Ex.<sup>a</sup> não faz jus a sua autoridade e ao reconhecimento do grande historiador que é, porque o Movimento Pró-Anistia se desencadeou neste País muito antes do Presidente Figueiredo assumir o Governo. De início este movimento era olhado com uma certa descrença e até por alguns com certo desdém, inclusive, sabemos o papel que a mulher desempenhou em favor da anistia. Portanto, o Presidente da República — isso sim! — teve a sensibilidade de se quedar diante de uma reivindicação nacional em que ele ou partiria para se dobrar a essa aspiração expressa em movimentos concretos, em comitês femininos pró-anistia ou, então, realmente S. Ex.<sup>a</sup> estaria num conflito flagrante contra a vontade nacional. Estou apenas tentando colocar nos verdadeiros termos o sentido da anistia, mostrando que o que se tem conquistado neste País não se deve a este ou àquele homem, mas sim ao próprio povo brasileiro, embora evidentemente, em determinados instantes, possa um governante mais rígido e menos sensível dificultar e até impossibilitar a vida harmônica do País. Agradeço a V. Ex.<sup>a</sup> e me perdoo pelo extenso do aparte, mas é o tema que realmente empolga. Muito obrigado pela deferência de V. Ex.<sup>a</sup>

O SR. LUIZ VIANA — Eu que agradeço a V. Ex.<sup>a</sup>, porque eu quero apenas acentuar que desde o início, isto foi apenas uma maneira que a Oposição encontrou de procurar diminuir a grandeza da Mensagem Presidencial. Então, na realidade, se aquela Mensagem não tivesse sido enviada até hoje nós não teríamos anistia...

*O Sr. Marcos Freire* — Ou não tínhamos este Governo! Quem sabe?

O SR. LUIZ VIANA — Também pode ser. Acredito que V. Ex.<sup>a</sup> deve ter motivos e deve ter elementos para dizer o que está dizendo.

*O Sr. Marcos Freire* — Talvez fosse sabedoria política do Governo para poder sobreviver. Quem sabe?

O SR. LUIZ VIANA — Eu não acredito. Agora, se V. Ex.<sup>a</sup> tiver elementos poderá...

*O Sr. Marcos Freire* — V. Ex.<sup>a</sup> conhece bem a história, sabe que às vezes é preciso ceder para sobreviver.

O SR. LUIZ VIANA — Que elementos tem V. Ex.<sup>a</sup> para dizer que o Governo...

*O Sr. Marcos Freire* — V. Ex.<sup>a</sup> terá, é historiador e sabe que por vezes é preciso ceder para sobreviver.

O SR. LUIZ VIANA — Não há dúvida, mas não é o caso.

*O Sr. Marcos Freire* — Será que não era?

O SR. LUIZ VIANA — No caso, o Governo justamente pela orientação que sempre teve, que o Presidente teve como candidato ao Governo do Brasil...

*O Sr. Marcos Freire* — Ele afirmava o contrário, que não admitiria anistia, os jornais comprovam.

O SR. LUIZ VIANA — Acho que V. Ex.<sup>a</sup> está um pouco equivocado. Sempre ouvi o Presidente Figueiredo dizer que ele pretendia dar a anistia.

*O Sr. Marcos Freire* — V. Ex.<sup>a</sup> consultando os jornais verá que não era assim.

*O Sr. Lomanto Júnior* — V. Ex.<sup>a</sup> me permite um aparte?

O SR. PRESIDENTE (Passos Pôrto) — Desejo apenas lembrar ao nobre Senador Luiz Viana que ele fala em breves comunicações e neste período não há apartes. Mas, já que houve o precedente com o nobre Senador Marcos Freire, então, vamos ouvir também o Senador Lomanto Júnior, mas peça a V. Ex.<sup>a</sup> que não conceda mais apartes, porque já estamos no período da Ordem do Dia.

O SR. LUIZ VIANA — Obedeço sempre ao Presidente. Quem está concedendo o aparte é V. Ex.<sup>a</sup>

O SR. PRESIDENTE (Passos Pôrto) — Não; quem concede o aparte é o nobre orador. Então, eu apelo a V. Ex.<sup>a</sup> para que não conceda mais apartes.

*O Sr. Lomanto Júnior* — Não tomarei mais tempo do eminente e nobre Senador Luiz Viana, mas gostaria de dizer a S. Ex.<sup>a</sup> que provoca sempre irritação à Oposição a sensibilidade democrática do Presidente da República. Essa irritação tem-se materializado até no voto...

*O Sr. Marcos Freire* — O pacote de novembro, por exemplo.

*O Sr. Lomanto Júnior* — ... até no voto! Quando o Presidente da República, por exemplo, Srs. Senadores Luiz Viana e Marcos Freire, enviou a Mensagem da Anistia, nós tivemos uma noite das mais terríveis vividas neste Congresso, com a Oposição votando contra, com a Oposição reagindo de uma maneira a mais violenta; todos nós fomos insultados naquela noite...

*O Sr. Marcos Freire* — Deve ter sido em 13 de dezembro de 1968!

*O Sr. Lomanto Júnior* — ... e a verdade é esta: a anistia foi amplamente concedida, atingindo a todos os brasileiros que se encontravam fora do País, retornando aqui. A verdade é esta e irrita a Oposição, porque em todos os momentos em que há a sensibilidade do Governo para realizar e para aperfeiçoar a democracia, nem sempre ou quase nunca contamos com o apoio da Oposição.

O SR. LUIZ VIANA — A verdade é que na ocasião da votação da anistia, elementos da Oposição fizeram tudo para que o projeto não fosse votado, estimulando as galerias para que estas deserdassem o Plenário — até jogaram cadeiras no Plenário da Câmara dos Deputados — para que a Presidência fosse obrigada a suspender a sessão e assim não votar o projeto presidencial.

*O Sr. Lomanto Júnior* — Mas sempre votaram na lei do arbítrio.

O SR. LUIZ VIANA — Entretanto, tivemos que enfrentar todos esses obstáculos: votamos a lei da anistia que parecia uma lei maldita, como se nós estivessemos votando naquele momento a pena de morte para o Brasil. Entretanto, dentro de pouco tempo...

*O Sr. Marcos Freire* — Já foi votado, por sinal, por esse mesmo regime.

O SR. LUIZ VIANA ... o que se viu? Foi que não havia presos políticos no Brasil e que a anistia tinha sido a mais ampla, a mais correta, a mais generosa, a mais consentânea com as aspirações do País e com os propósitos do Senhor Presidente da República.

*O Sr. Marcos Freire* — E milhares de ex-militares que até hoje não se integram.

O SR. LUIZ VIANA — Mas estão anistiados.

*O Sr. Marcos Freire* — Mas sem se integrarem nas suas fileiras, nas instituições a que eles pertenciam.

O SR. LUIZ VIANA — Pois bem, Sr. Presidente, o que eu quero acentuar, é que nesses momentos nós não contamos com o apoio da Oposição. A verdade é esta. Agora, neste momento, o Senhor Presidente da República, na sua Mensagem, reiterando aquelas idéias que ele já havia exposto sobre os propósitos democráticos Sua Excelência amplia o seus propósitos, os torna ainda mais largos, mais evidentes, mais incontestáveis. Ele não se contenta, numa palavra, assim: democracia ou democracia liberal Sua Excelência vai mais longe e diz o conceito que tem da democracia liberal que eu acho que é o mesmo conceito que tem o Senador Marcos Freire. Creio que S. Ex.<sup>a</sup>, se leu, estará de acordo quando o Presidente da República diz que quer uma democracia liberal.

"Liberal porque repele ideologias bitoladas e truculentas, que se arrogam o monopólio, não apenas da verdade, mas de todas as verdades..."

*O Sr. Marcos Freire* — Deve ser uma autocrítica, autocrítica ao regime a que ele pertence.

O SR. LUIZ VIANA —

"...Liberal, porque não aceita a imposição de cartilhas que na sua arrogância, pretendem ser a vulgata do pensamento, cartilhas ante cujos ditados o cidadão haja de curvar-se passiva e servilmente.

Liberal, porque postula a liberdade econômica, social e política. A democracia, que me empolga, é também, essencialmente, uma democracia pluralista. Pluralista, porque confia na capacidade inerente à razão, para escolher livremente as formas de vida, individual e social, que melhor correspondam ao interesse ou ao ideal do homem."

É aí justamente depois destes enunciados que Sua Excelência volta à quella velha tese, àquele velho propósito de ter a mão estendida ao País, a mão estendida à Oposição para um diálogo amplo, honesto, democrático.

Entretanto antes da Mensagem ser publicada já a Oposição se levanta para negar ao Presidente da República a sinceridade do seu propósito. Por quê? Porque ela não quer o diálogo; ela não quer o entendimento, ela não quer apertar aquela mão honrada e digna que é a mão do Presidente João Baptista Figueiredo. Quer continuar naquele mesmo espírito que, infelizmente, a anistia não conseguiu varrer de alguns espíritos da Oposição, que é o espírito da intolerância, do vanchismo, da vingança. É isto que queríamos ver sepultado no Brasil para podermos todos nós, não somente apertar a mão estendida do Presidente, mas as nossas mãos, unidas, em benefício do País e da democracia. *(Muito bem! Palmas.)*

**O SR. PRESIDENTE** (Passos Pôrto) — Concedo a palavra ao nobre Senador Henrique Santillo, em face de ainda dispormos de 5 minutos de prorrogação, já que o eminente Senador Luiz Viana usou da palavra por 15 minutos.

**O SR. HENRIQUE SANTILLO** (Para uma comunicação. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Srs. Senadores:

Precisamente no dia 20 de agosto do ano próximo passado, fiz a esta Casa uma denúncia que me pareceu extremamente grave. O Banco do Estado de Goiás, uma instituição financeira do Governo do Estado, num ano em que o lucro das instituições financeiras ascendia a um nível superior a 400% em relação aos seus patrimônios, o Banco do Estado de Goiás, apenas no primeiro semestre de 1981, havia apresentado um prejuízo de 571 milhões de cruzeiros. Na ocasião, apresentei a esta Casa documentos claros, definidos, de atos de corrupção, quer do Presidente daquela instituição financeira, quer de uma série de seus diretores. Na mesma ocasião, informei à Casa, inclusive, que o presidente mais corrupto daquela casa, que acabou desviando vários bilhões de cruzeiros, ilícitamente, encontrava-se como Prefeito nomeado da Capital de Goiás, a cidade de Goiânia.

Agora, há bem pouco, Sr. Presidente, tomei conhecimento, com prazer, que o Banco Central ouvindo a cobrança que lhe fiz desta tribuna, no sentido de tomar providências urgentes, que procurasse reconduzir aquela instituição financeira do povo do meu Estado para os caminhos corretos, que o Banco Central havia tomado a decisão de punir administrativamente, quer o então presidente do Banco do Estado de Goiás, alguns de seus diretores implicados em atos ilícitos. Mas, lamentavelmente, concluí que as punições administrativas eram muito mais uma farsa, uma simples tentativa de esconder a verdade do que propriamente de punir atos de corrupção. Ao invés de tomar as providências no sentido de abrir mesmo um processo crime contra aqueles que se beneficiaram pessoalmente com os recursos de um banco que acabava por socorrer-se mesmo do Banco Central, e mesmo do Tesouro estadual, aquela instituição federal, cuja competência é a de fiscalizar a atuação de nossas instituições financeiras, apenas "punia" presidente e diretores responsáveis por atos de corrupção, com uma punição administrativa, afastando-os, durante cinco anos, da direção de qualquer instituição financeira do País. Ora, Sr. Presidente, isso é muito cômodo. Se há coisa escabrosa neste País a necessitar de discussões aprofundadas, nesta e na outra Casa do Congresso Nacional, é o nosso sistema financeiro, é a penumbra pela qual se encaminha boa parte de nosso sistema financeiro, desde os casos Tieppo até a maxidesvalorização do dólar, desde o *open market* até as operações fraudulentas de todas as espécies, quase sempre com a conivência, com a complacência do Banco Central. Se há, portanto, Sr. Presidente, um setor altamente privilegiado, beneficiado pelas ações de Governo, este é o setor financeiro.

Sr. Presidente, desta tribuna, mais uma vez, solicito do Banco Central que tome as necessárias providências no sentido de fazer com que aqueles que em meu Estado se enriqueceram ilícitamente graças aos recursos do Tesouro estadual reponham esses mesmos recursos de onde foram tirados, de onde foram surrupiados, e, ao mesmo tempo, respondam criminalmente pelos atos ilícitos cometidos. Gostaria também, Sr. Presidente, de dar uma resposta breve ao Sr. Diretor de Operações Financeiras do Banco Central, que teve a infeliz iniciativa de declarar a um jornal da Capital do meu Estado que o parlamentar que havia tornado público um documento de caráter sigiloso também seria processado. Assim, aproveite a oportunidade para solicitar dos meus pares que, quando para cá vier o pedido de autorização para que eu seja pro-

cessado, por favor concedam essa autorização, porque quero ter a oportunidade de dispor de mais uma tribuna para provar quanto de escuso e de corrupto existe não apenas no sistema financeiro oficial de meu Estado, mas de todo o País. Obrigado. *(Muito bem! Palmas.)*

**O SR. PRESIDENTE** (Passos Pôrto) — Concedo a palavra ao nobre Senador Dirceu Cardoso, para os últimos 5 minutos da prorrogação, já que a sessão começou às 14 horas e 35 minutos.

**O SR. DIRCEU CARDOSO** (Para uma comunicação. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Srs. Senadores:

Assisti ontem, na Gráfica do Senado, à inauguração de uma agência da Caixa Econômica Federal, visando atender melhor e com mais presteza os funcionários. Assisti à cerimônia da inauguração daquele departamento do Senado, e os meus cumprimentos ao Diretor daquele departamento, Sr. Marcos Vieira, pela magnífica contribuição que fez, que simplifica o trabalho de recebimento dos seus funcionários com a Caixa e que diminui o gasto operacional daqueles que se dirigiam à Gráfica até ao Senado com roupa mudada para verem atendidas as suas solicitações financeiras.

Sr. Presidente, quero assinalar, hoje, a circulação, no Senado, do primeiro número do *Diário do Congresso Nacional*, em novo papel, registrando, Sr. Presidente, uma performance digna de registro na Casa. O papel antigo era amarelado, um papel em que todo Senador sujava as mãos lendo horas e horas depois o *O Diário do Congresso Nacional*. O novo *Diário do Congresso* foi rodado hoje pela primeira vez, em um novo papel, e, o que é surpreendente, através do seu custo operacional mais barato do que o papel amarelado e que sujava as mãos.

Sr. Presidente, o *Diário do Congresso*, antigamente, circulava com 3.500 números. Depois de rodados os primeiros três mil números, era necessário desmontar a máquina e formar outra bobina de papel para fazer os Anais do Senado, que é outra operação, com outros gastos, com emprego de outra máquina, com emprego de outros funcionários, para fazer um número especial para os Anais do Senado. Hoje, corre um número só, limpo, com papel muito melhor e mais barato, porque o custo operacional da sua feitura representa menos gastos do que o antigo.

Portanto, as minhas congratulações à direção também da Gráfica do Senado e a Marcos Vieira por essa conquista que ele vem de fazer para o Senado, fazendo circular hoje, o primeiro número, em papel melhor, com apresentação gráfica muito melhor, do *Diário do Congresso Nacional*.

Quero também, Sr. Presidente, enfatizar que, além disso, não é preciso mais modificar a máquina, não é preciso mais reter a edição para publicar os números especiais para os Anais do Senado, porque é o mesmo número que circula entre os Senadores, entre as entidades que o recebem e para o Arquivo e os Anais do Congresso, mais barato do que o papel amarelado em que era impresso o *Diário do Congresso Nacional*.

Portanto, Sr. Presidente, minhas felicitações duplas a Marcos Vieira que está marcando uma nova etapa na vida da Gráfica, com a Superintendência de Jorge Kalume, o Secretário da Mesa, que o tem assistido e que tem feito essas performances que nós Senadores temos de registrar.

É com satisfação que faço este registro congratulatório à Direção da Gráfica, a seus funcionários, a seus técnicos e, finalmente, ao 2º-Secretário, Superintendente da Gráfica do Senado, Senador Jorge Kalume. *(Muito bem!)*

**O SR. PRESIDENTE** (Passos Pôrto) — Sobre a mesa, projeto de lei que vai ser lido pelo Sr. 1º-Secretário.

É lido o seguinte.

#### PROJETO DE LEI DO SENADO

Nº 6, de 1982

**Dispõe sobre a denominação dos juizes classistas nas Juntas de Conciliação e Julgamento.**

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1.º Na Seção IV, do Título VII, da Consolidação das Leis do Trabalho, arts. 660 a 697, substitua-se a expressão vogals das Juntas por "juizes classistas".

Art. 2.º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

#### Justificação

Tanto os vogals das Juntas quanto os representantes dos empregados e empregadores nos Tribunais Regionais do Trabalho deverão receber a mesma denominação: juizes classistas, não se justificando, assim, que a Consolidação lhes dê tratamento discriminatório.

Alfás, mantida tal diferenciação, parece-nos e ao Sindicato dos Empregados no Comércio do Rio de Janeiro, autor da sugestão